

Congresso aprova a reforma ministerial e institui a Polícia Ferroviária Federal

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem a Medida Provisória 302, que regulamentou a reforma ministerial. A MP, agora convertida em lei, criou os ministérios de Minas e Energia e de Transportes e Comunicações, com a extinção do Ministério da Infra-Estrutura. Foi recriado também o Ministério do Trabalho e da Administração, desmembrado do Ministério do Trabalho e da Previdência. O projeto foi aprovado com apenas uma emenda, apresentada pelo líder do PMDB, Genebaldo Correa (BA). A emenda cria a Polícia Ferroviária Federal.

BRIGA

Durante os debates preliminares da sessão, um grande número de deputados, de vários partidos, fazia discursos acusando o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, de responsável pela atitude da Assembléia Legislativa da Bahia que, contrariando a Constituição, deu autorização para que a deputada estadual Maria José (PT) seja processada por ofensa ao governador baiano.

Os ânimos se exaltaram e, no meio de um grupo de deputados que se aglome-

rava junto aos microfones de apartes do Plenário, uma discussão paralela começou entre o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) e José Falcão (PFL-BA). As versões dos dois deputados contrastam sobre quem começou. Mas depois de trocarem ofensas, Geddel, de acordo com Falcão, o esmurrou na testa. Geddel Vieira Lima, por sua vez, disse que apenas empurrou o colega, que se feriu no supercílio por causa dos óculos.

A briga, que não interrompeu a sessão e foi apartada com rapidez, vai agora ser assunto de uma investigação por parte da Corregedoria da Câmara, presidida pelo deputado Waldir Pires (PDT-BA). O mais recente caso de briga em plenário aconteceu quando o deputado Nobel Moura (PTB-RO) deu um soco na deputada Raquel Cândido (PTB-RO), quando ela fazia discurso acusando-o de ser dono de bordéis. A Corregedoria recomendou a cassação temporária de Nobel Moura, mas o plenário decidiu contra, pelo voto. Waldir Pires disse que vai aguardar a convocação do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, para iniciar as investigações.